



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA
REALIZADA EM TRINTA DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE**

-----Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e vinte, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Mortágua, nos termos do disposto no na alínea a), do nº. 1, do artigo 28º. do Anexo I da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro:-----

-----Aberta a sessão o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Acácio Fonseca Fernandes, após cumprimentar todos os presentes, de seguida deu o uso da palavra ao 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, a fim de que esta verificasse a presença dos Membros da Assembleia Municipal.-----

-----Efetuada que foi a chamada verificou-se que:-----

-----Os Membros Fernando Lopes Rodrigues Sebastião, Maria Adelaide O. Pedroso Correia Pinto e Margarida Maria Oliveira Afonso de Matos eleitos pelo PPD/PSD, faltaram à sessão.-----

-----O Membro José Manuel de Matos Carvalho apresentou justificação de falta por escrito por motivo pessoal e para o substituir, nos termos dos artigos 7º. e 10º. do Regimento da Assembleia Municipal, foi convocada Ana Paula Gomes Cordeiro, que comunicou da indisponibilidade de estar presente.-----

-----O Presidente da Assembleia informou que nos termos da alínea j), do nº.1 do artigo 18º. do Regimento a Mesa considerou justificadas as faltas do membros.-----

-----Antes de se dar início à consecução da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara deu conhecimento das medidas aprovadas pela Câmara na sua reunião de 20 de abril tendo em vista mitigar os efeitos da crise social e económica gerados pelo efeito da pandemia COVID-19, destinado a famílias, empresas e instituições de solidariedade social e outras instituições sem fins lucrativos-----

-----Iniciou-se de seguida a apreciação e discussão da Ordem de Trabalhos:-----

-----**PONTO UM: Apreciação, discussão e votação da 2ª. Alteração Orçamental Modificativa – Revisão de 2020:**-----

-----O Presidente da Câmara prestou mais algumas informações sobre o documento que foi enviado a todos os membros e que se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na pasta da presente sessão, referindo que o mesmos se destinava a dar entrada contabilisticamente do saldo da Gerência de 2019.-----

-----De seguida após suscitados pelo Presidente da Assembleia os membros a colocarem as suas questões sobre o assunto, o Membro Celso Gomes Portugal Rosa usou da palavra, para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

suas questões sobre o assunto, o Membro Celso Gomes Portugal Rosa usou da palavra, para em representação do Grupo do PS, fazer a seguinte intervenção: -----

-----“Esta Assembleia Municipal não terá da nossa parte momentos de grande contestação às revisões do Plano e do Orçamento.-----

-----Nesta conjuntura do COVID 19 impõe-se dotar o orçamento de meios que permitam fazer frente às necessidades mais prementes dos munícipes e alterar o Plano com vista a, abdicando de alguns eventos, auxiliar quem mais necessita de apoio, Instituições e particulares.-----

-----Entendemos que a oposição deve ser construtiva e que devemos trabalhar no mesmo sentido de forma a minimizar os danos causados pela pandemia na nossa população, sem no entanto, abdicar do nosso dever, enquanto membros desta assembleia, de estarmos atentos e de fiscalizar a ação do Executivo.-----

-----Apoiamos a decisão tomada pela Câmara de abdicar da maior parte das taxas e de reduzir em 50% do saneamento e os RSU, mas lamentamos que a mesma não tenha tido a força suficiente para negociar com as Águas do Planalto igual procedimento, pelo menos eliminando a taxa da disponibilidade.-----

-----Antes de terminar quero fazer uma breve referência ao 25 de abril de 1974 às suas comemorações que tanta polémica causaram nas redes sociais.-----

-----O 25 de abril, que nos trouxe também a liberdade de expressão.-----

-----Essa liberdade permitiu às pessoas manifestarem as suas opiniões e promover o debate de ideias.-----

-----Debaixo dessa acesa polémica que por vezes ultrapassou a razoabilidade e ao insulto bacoco e desproporcionado estiveram bem os nossos deputados que mantiveram a decisão que havia sido tomada com 80% de aprovações.-----

-----Finalmente o Sr. Presidente da República veio por fim à polémica afirmando que o 25 de Abril, tal como outras datas importantes da nossa história teria mesmo que ser comemorado. A Democracia não está suspensa e a Assembleia da República também não VIVA o 25 de Abril.--

-----Não havendo qualquer outro pedido de intervenção foi o documento colocado à votação e foi aprovado por maioria com seis votos a favor, sendo cinco dos Membros do PPD/PSD e um de membro do PS, e doze abstenções dos Membros do PS, Acácio Fonseca Fernandes; Alcina Maria Rosa Saraiva; Vítor Manuel Rosa Pina; Celso Gomes Portugal Rosa; Cláudio Jorge Gomes de Matos; Luís Miguel Sousa Dias; Daniel José Cruz Conde de Matos; João Carlos Alves Figueiredo Coelho; Filipe António da Cruz Ferreira; José António dos Santos e Silva; José Manuel Lopes Midões; Ernesto Gomes Pereira.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----PONTO DOIS: Apreciação, discussão e votação da 2ª. Revisão das Grandes Opções do Plano de 2020:-----

-----O Senhor Presidente da Câmara justificou a apresentação do documento, que se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado no processo da presente sessão, e que foi enviado a todos os membros, pela necessidade de inscrever novos projetos nas GOPs, -----

----Assim, depois de apreciado foi o documento colocado à votação e foi aprovado por maioria, com seis votos a favor, sendo cinco dos Membros do PPD/PSD e um de membro do PS, e doze abstenções dos Membros do PS, Acácio Fonseca Fernandes; Alcina Maria Rosa Saraiva; Vítor Manuel Rosa Pina; Celso Gomes Portugal Rosa; Cláudio Jorge Gomes de Matos; Luis Miguel Sousa Dias; Daniel José Cruz Conde de Matos; João Carlos Alves Figueiredo Coelho; Filipe António da Cruz Ferreira; José António dos Santos e Silva; José Manuel Lopes Midões; Ernesto Gomes Pereira.-----

-----PONTO TRÊS: Apreciação, discussão e votação do Concurso Público Internacional para a concessão da concepção, construção, financiamento, colocação em serviços e exploração de uma Central de Valorização de Biomassa Florestal Residual, em Mortágua, -----

-----O Senhor Presidente da Câmara justificou a apresentação do documento, que se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado no processo da presente sessão, e que foi enviado a todos os membros, referindo que era da competência da Assembleia aprovar concessão da competência da Câmara para a construção da Central de Valorização de Biomassa Florestal Residual, em Mortágua somente depois é que se podia lançar o respetivo concurso publico.-----

-----Suscitados os membros a intervir sobre o assunto em apreciação, após a respetiva inscrição nos termos do Regimento usou da palavra o Membro Celso Gomes Portugal Rosa para solicitar esclarecimento em relação às contrapartidas à semelhança do que acontecia com o Parque Eólico.-----

-----O Presidente da Câmara informou que a lei não previa qualquer tipo de contrapartida, no entanto no programa do procedimento tinham sido colocados factores de ponderação para a avaliação das propostas.-----

-----O Presidente da Assembleia interveio para chamar a atenção da necessidade de acautelar para que aquando da laboração Central fosse devidamente valorizada a Biomassa.-----

-----O Membro Cláudio Jorge Gomes solicitou que esclarecimentos sobre a perspetiva do impacto que o funcionamento da Central poderia provocar no ambiente.-----

-----O Presidente da Câmara informou que a Central seria inócua, não produzia CO2, sendo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

compatível com a área urbana, a água quente das turbinas podia ser aproveitada para aquecimento das habitações, todo o equipamento de tecnologia de ponta.-----

-----De seguida o Membro Nuno André Rodrigues Faustino interveio para tecer algumas considerações sobre os problemas associados às Centrais de valorização da biomassa residual que são os problemas ambientais, referindo que deveriam ser feitas no mínimo quatro auditorias ao funcionamento da Central por forma a aferir a sua eficácia em termos de poluição gerada para o ambiente e questionar qual o tipo de parceria que seria feita para instalação dos parques de biomassa com as Juntas de Freguesia.-----

-----O Presidente da Câmara esclareceu o membro que estava acutelado no caderno de encargos todas as condições necessárias ao funcionamento da Central, e a parceria com as Juntas de Freguesia seria aquela que os Senhores Presidentes assim entendessem não estavam vinculados a nada.-----

-----Não se registando qualquer outro pedido de esclarecimento foi o assunto colocado à votação e foi aprovado por unanimidade.-----

-----Finalmente, foi lida a ata em minuta que, após votação, foi aprovada por unanimidade.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, pelas dezassete horas deu-se por encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários.-----

Alexandra Gomes dos Santos